



REVISTA **BARBAQUÁ**

ISSN: 2526-9461
V. 7, publicação contínua,
P. 1-17, e9010, 2025.
DOI: <https://doi.org/10.61389/bbq.v7.e9010>

Recebido em: 02/08/2024
Aceito em: 19/12/2024

1
Universidade Estadual de
Mato Grosso do Sul (UEMS).
Pós-graduado em Direito.
Orcid: 0000-0003-2653-4361
E-mail: magalhaesmateus3@gmail.com

Relato de Experiência

TENTATIVAS DE DIÁLOGO: PROJETO DE EXTENSÃO EM PARANAÍBA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO EM MEIO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS BRASILEIRAS

TENTATIVES OF DIALOGUE: AN
EXTENSION PROJECT IN PARANAÍBA
AGAINST DISCRIMINATION IN THE MIDST
OF BRAZILIAN SOCIAL INEQUALITIES

TENTATIVAS DE DIÁLOGO: UN PROYECTO
DE DIVULGACIÓN EN PARANAÍBA
CONTRA LA DISCRIMINACIÓN EN MEDIO
DE LAS DESIGUALDADES SOCIALES
BRASILEÑAS

Mateus Magalhães da Silva¹

Resumo

O artigo aborda um projeto de extensão que visou promover a conscientização sobre direitos humanos, cidadania e diversidade entre estudantes secundaristas, tendo em vista as violações enfrentadas por diversas minorias no Brasil contemporâneo. Destaca-se a necessidade de ações concretas para combater o preconceito e promover uma cultura de respeito à diversidade. A discussão teórica abordou a exclusão enfrentada por essas minorias e os números alarmantes de violência contra elas, apesar dos avanços legislativos. A metodologia baseia-se no “Direito Achado na Rua” e buscou criar espaços de diálogo por meio de rodas de conversa e atividades reflexivas. Os resultados indicam avanços na promoção do diálogo, identificação de casos de discriminação e contribuição para a cidadania dos adolescentes

TENTATIVAS DE DIÁLOGO: PROJETO DE EXTENSÃO EM PARANÁIBA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO EM MEIO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS BRASILEIRAS

paranaibenses, apesar dos desafios impostos pela pandemia. As atividades incluíram dinâmicas como o “eu acho” e a análise de privilégios, além de relatos de vida de indivíduos de minorias. Criou-se canais de diálogo para identificar casos de discriminação e homicídios contra minorias.

Palavras-chave: direitos humanos; diversidade; conscientização.

Abstract

The article discusses an extension project that aims to raise awareness of human rights, citizenship and diversity among secondary school students, in view of the violations faced by various minorities in contemporary Brazil. The contextualization highlights the need for concrete actions to combat prejudice and promote a culture of respect for diversity. The theoretical discussion addresses the exclusion faced by these minorities and the alarming numbers of violence against them, despite legislative advances. The methodology is based on the “Right Found on the Street”, seeking to create spaces for dialog through conversation circles and reflective activities. The results so far indicate progress in promoting dialog, identifying cases of discrimination and contributing to young people’s citizenship, despite the challenges posed by the pandemic. The activities included dynamics such as “I think” and the analysis of privileges, as well as life stories of individuals from minorities. The project’s objectives, including creating channels for dialogue, identifying cases of discrimination, discussing murders against minorities and contributing to human rights education, have been achieved so far.

Keywords: human rights; diversity; raising awareness.

Resumen

Este artículo trata de un proyecto de extensión que pretendía concienciar a los alumnos de secundaria sobre los derechos humanos, la ciudadanía y la diversidad, en vista de las violaciones que sufren diversas minorías en el Brasil contemporáneo. Destaca la necesidad de acciones concretas para combatir los prejuicios y promover una cultura de respeto a la diversidad. La discusión teórica aborda la exclusión a la que se enfrentan estas minorías y las alarmantes cifras de violencia contra ellas, a pesar de los avances legislativos. La metodología se basa en el “Derecho Encontrado en la Calle”, y buscó crear espacios de diálogo a través de círculos de conversación y actividades reflexivas. Los resultados indican avances en la promoción del diálogo, la identificación de casos de discriminación y la contribución a la ciudadanía de los adolescentes de Paraná, a pesar de los desafíos planteados por la pandemia. Las actividades incluyeron dinámicas como el “yo pienso” y el análisis

TENTATIVAS DE DIÁLOGO: PROJETO DE EXTENSÃO EM PARANAÍBA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO EM MEIO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS BRASILEIRAS

de privilégios, así como historias de vida de personas pertenecientes a minorías. Se crearon canales de diálogo para identificar casos de discriminación y asesinatos contra minorías.

Palabras clave: derechos humanos; diversidad; sensibilización.

INTRODUÇÃO

A luta contra a discriminação e a promoção dos direitos humanos são questões que demandam ações concretas em todos os níveis da sociedade. No contexto do Brasil contemporâneo, em que diversas minorias enfrentam violações diárias de seus direitos fundamentais, projetos de extensão como o apresentado buscam não apenas discutir, mas também agir para promover uma cultura de respeito à diversidade e de enfrentamento ao preconceito.

Este artigo apresenta uma discussão teórica e prática sobre um projeto de extensão que ocorreu entre 2019 e 2020, na Escola Estadual José Garcia Leal, localizada na cidade de Paranaíba, estado de Mato Grosso do Sul. Teve como objetivo central abrir canais de diálogo com estudantes de ensino médio sobre direitos humanos, cidadania e diversidade. Minorias como negros, mulheres, lésbicas, gays, bi, trans, queer/questionando, intersexo, assexuais/arromânticas/agênero, *pan/pôli*, não-binárias e mais (LGBTQIAPN+), indígenas e outros grupos enfrentam violências e discriminação. Tornou-se essencial promover a reflexão e a conscientização dos adolescentes sobre essas questões.

A discussão teórica parte de uma análise da sociedade contemporânea e destaca a exclusão enfrentada por essas minorias e os números alarmantes de violência contra elas, tanto dentro quanto fora de espaços institucionalizados. Apesar dos avanços legislativos, como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (DUDH), ainda há um longo caminho a percorrer para garantir a plena igualdade e respeito aos direitos de todas as pessoas.

No âmbito prático, o projeto de extensão buscou envolver os estudantes em atividades que pudessem estimular a reflexão sobre questões sociais relevantes, como o preconceito, a discriminação e a violência contra minorias. Por meio de dinâmicas, rodas de conversa e outras estratégias, os adolescentes foram incentivados a compartilhar suas percepções, experiências e estratégias de enfrentamento das violências.

Os resultados alcançados mostram avanços na promoção do diálogo com os estudantes secundaristas, a identificação de casos de discriminação no município de Paranaíba-MS e a contribuição para a cidadania dos jovens, por meio da discussão de temas como direitos humanos, diversidade e po-

TENTATIVAS DE DIÁLOGO: PROJETO DE EXTENSÃO EM PARANÁIBA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO EM MEIO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS BRASILEIRAS

líticas para juventude. No entanto, a pandemia de covid-19 trouxe desafios adicionais, como a necessidade de adaptar as atividades para o ambiente *on-line* e a impossibilidade de realizar algumas ações planejadas, como palestras nas escolas e participação em eventos científicos.

Apesar desses obstáculos, o projeto continuou sua missão de promover uma educação para o respeito às diferenças, a afirmação dos direitos humanos e da cidadania, destacando a importância do diálogo e da conscientização para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

DISCUSSÃO TEÓRICA E PRÁTICA DO PROJETO DE EXTENSÃO

A sociedade vem mudando ao longo dos anos, levando as pessoas a uma competitividade cada vez maior. Com isso, ignora aqueles que não se enquadram nos modelos tradicionais de modos de vida. Diante desse quadro, os grupos sociais minoritários que mais sofrem com a exclusão são os negros, as mulheres, as pessoas com algum tipo de deficiência, os indígenas e as pessoas que têm uma orientação sexual ou identidade de gênero diferente daquela “consagrada” pela sociedade. Conforme Jatene (2016), esse segmento é considerado minoria do ponto de vista antropológico e sociológico por representar um subgrupo diferente dos demais e que, portanto, é tratado de forma distinta politicamente – em termos de acesso a direitos.

Nesse contexto, têm se tornado alarmantes os números da violência contra esses grupos, dentro e fora de espaços institucionalizados. A título de exemplo, dados da Pesquisa Nacional sobre o Meio Ambiente Educacional no Brasil apontam que a escola se tornou um espaço reprodutor de muitas violências, pois 68% dos jovens LGBTQIAPN+, entre 13 e 21 anos, já foram vítimas de agressão verbal nas escolas por causa de sua orientação sexual. Além disso, no Brasil, 71,5% das vítimas de assassinato por ano são pretos ou pardos. Só em 2017, 110 indígenas foram assassinados no país, 17 deles em Mato Grosso do Sul.

Embora se fale constantemente em Estado Democrático de Direito, o tratamento a alguns grupos sociais ainda é carregado de preconceito e discriminação. Por essa razão, movimentos sociais como o Movimento Negro, o Movimento Feminista, o Movimento LGBTQIAPN+ vêm lutando diariamente para serem reconhecidos como humanos pelo Estado, especialmente por meio da lei penal (Barreto, 2013). Essa realidade contradiz aquilo que está consagrado pela CRFB, que traz um rol de direitos fundamentais em seu art. 5º, muitos deles voltados para questões identitárias. O direito à igualdade formal/material e o direito à diferença (Bastelli, 2014; Polezze, 2015) são os

TENTATIVAS DE DIÁLOGO: PROJETO DE EXTENSÃO EM PARANAÍBA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO EM MEIO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS BRASILEIRAS

principais pontos que, numa perspectiva constitucional, implicam os direitos negados a essa população.

A nível internacional, temos a DUDH, que traz uma série de direitos pela garantia da dignidade da pessoa humana, considerando todas as pessoas como seres humanos. Diante disso, o desafio de uma educação em/para os direitos humanos implica em constante diálogo em espaços de reprodução de culturas e discursos de ódio, práticas que colocam em constante risco a democracia. É também uma tarefa para os novos profissionais do Direito, especialmente da advocacia, que têm adiante o desafio de enfrentar os discursos políticos de ódio que tanto têm ganhado os espaços midiáticos e influenciado o Sistema Penal, conforme aponta Salah H. Khaled Jr. (2018) em sua pesquisa “Discurso de Ódio e Sistema Penal”.

O papel da universidade é o de construir um diálogo com a sociedade na construção de uma educação para o respeito às diferenças, afirmação dos direitos humanos e da cidadania. Nesse contexto, a temática deste projeto de extensão consistiu em compreender os motivos da potencialização do discurso de ódio e da violência contra minorias vulneráveis nos últimos anos, como os LGBTQIAPN+, as diversas etnias, as identidades de gênero, dentre outras, bem como o impacto na saúde das minorias vulneráveis que têm sido vítimas de tais violências a partir dos discursos de ódio e a importância da construção de mecanismos políticos, sociais e jurídicos para o enfrentamento dessa realidade, além de alguns já existentes, a exemplo: Estatuto da Igualdade Racial e Lei Maria da Penha.

Nesse sentido, este projeto se fez importante porque possibilitou a criação de espaços de diálogo, relatos sobre a percepção, vivências e estratégias de enfrentamento de violências, na perspectiva do público atingido. Ademais, o município de Paranaíba-MS não contava com nenhum projeto social, educacional, jurídico ou de extensão oficial de enfrentamento da violência e preconceitos de gênero, raça e orientação sexual, sendo de extrema importância ações como esta em contextos escolares.

O presente projeto de extensão teve como base metodológica e alicerce teórico o Direito Achado na Rua (DAnR), uma ferramenta importante que pôde contribuir para estimular jovens secundaristas a conhecerem as pautas dos direitos humanos e suas violações no município de Paranaíba-MS.

Essa ferramenta foi difundida pelo professor José Geraldo de Sousa Junior da Universidade de Brasília (UnB), a partir da expressão criada por Roberto Lyra Filho, cuja contribuição acumula mais de 25 anos de extensão universitária em educação popular como pressuposto do diálogo criativo e atitude reflexiva diante de algumas demandas sociais. É uma proposta que

TENTATIVAS DE DIÁLOGO: PROJETO DE EXTENSÃO EM PARANAÍBA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO EM MEIO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS BRASILEIRAS

pauta a justiça social com base em uma construção popular e coletiva, dos movimentos sociais, com destaque para seus aspectos pluralista e humanista, articulando-se com metodologias da pesquisa-ação, grupos focais, pesquisas participantes, colaborativas e qualitativas. Um dos aspectos centrais da metodologia, em relação aos sujeitos-cidadãos, é “[...] a amplitude de uma autonomia que existe na construção de identificação entre os sujeitos que faz com que os mesmos se aproximem naquilo que lhes é comum” (Paula, 2018, p. 108), portanto, foi uma metodologia que permitiu criar, ensinar, capacitar e compartilhar o Direito numa perspectiva popular, emancipatória e comprometida socialmente, que se distancia dos modelos positivistas que fazem uso de uma visão universal de ser humano.

A importância do uso dessa ferramenta metodológica foi ao encontro do uso das rodas de conversa, uma experiência que garantiu tanto uma linguagem quanto uma relação mais horizontal, criativa e autônoma com o público atendido. Ela se aproximou de uma prática jurídica popular emancipatória, proposta pelo DANR como forma de desconstruir a ideia e a prática elitista do Direito, distanciada da realidade social (Sousa Júnior, 2008).

Nesse sentido, foram propostas às escolas abertas ao projeto atividades de rodas de conversa com os jovens secundaristas, a fim de criar um espaço aberto de diálogo sobre a percepção deles acerca de direitos humanos e cidadania de grupos vulneráveis. Além disso, foram sugeridos textos para discussão sobre direitos humanos, diversidade, engajamento político, cidadania juvenil e a pluralidade de ideias entre eles.

Procurou-se discutir os casos de homicídio de grupos como negros, LGBTQIAPN+, mulheres, indígenas, dentre outros, além de destacar o papel do Estado no enfrentamento dessas violências. Os encontros foram realizados mediante autorização prévia dos diretores das escolas, que definiram o cronograma mensal de datas e horários disponíveis.

Os resultados alcançados foram estabelecidos por meio dos objetivos específicos do projeto. Com os encontros na Escola Estadual José Garcia Leal, foi possível criar canais de diálogo com os jovens secundaristas, a fim de identificar a singularidade de cada um, bem como compreender como se dá sua cidadania no município de Paranaíba-MS.

Ainda assim, houve debates acerca de achismos que acabam gerando preconceito contra pessoas fisicamente diferentes. Com esses debates, foi alcançado o objetivo de refletir sobre as violências entre eles, assim como no contexto da cidade. A ideia era fazer passar pelo crivo da razão desses jovens secundaristas a importância de respeitar os direitos das pessoas humanas,

TENTATIVAS DE DIÁLOGO: PROJETO DE EXTENSÃO EM PARANAÍBA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO EM MEIO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS BRASILEIRAS

independentemente das diferenças: físicas; intelectuais; sociais; e econômicas – como já mencionado acima.

Por meio da dinâmica do “eu acho”, por exemplo, foi possível destacar vários temas sociais que os fizeram expressar seus pensamentos sem medo de serem julgados pelos colegas. O objetivo era que cada um ouvisse o posicionamento dos demais colegas para desenvolver um sentimento de alteridade/fraternidade. Nesse sentido, muitas meninas (em vários temas que a elas se referem) tiveram a oportunidade de compartilhar suas experiências de assédio e discriminação, chegando até a chorar devido aos atos constrangedores que violam os direitos humanos.

No primeiro encontro com os jovens secundaristas, como previsto no cronograma do projeto, foi apresentado o objetivo do projeto às turmas do 1º, 2º e 3º ano do ensino médio da Escola Estadual José Garcia Leal. O professor disponibilizou 50 minutos de sua aula, mensalmente, para discutir diversas temáticas ligadas às minorias sociais e seus direitos violados, bem como cidadania e diversidade.

Além disso, na mesma ocasião e de forma introdutória, teve-se a oportunidade de discutir com eles acerca de direitos humanos, fazendo indagações sobre o que entendiam por esse termo, perguntas sobre cidadania plena e sobre questões de preconceito e violência contra mulheres e meninas, a comunidade LGBTQIAPN+ e negros e pardos.

Foi adotada a metodologia da roda de conversa. Isso fez com que eles pudessem relatar sobre o dia a dia, bem como as perspectivas após o término do ensino médio. Buscou-se analisar e compreender o modo de vida de cada um dos alunos para fazer com que todos se sentissem incluídos na roda de conversa. A ideia era que eles saíssem da escola com um maior conhecimento não apenas sobre as instituições sociais, mas também sobre seus direitos.

Em 11 de novembro de 2019, ocorreu o segundo encontro e, em 28 de novembro de 2019, o terceiro. Teve-se a oportunidade de debater acerca da dinâmica do “eu acho”. Retratou-se, nessa atividade, uma série de questões: sociais, preconceitos e discriminação no contexto das relações humanas, seja entre homens e mulheres, seja para com as minorias sociais tratadas.

A dinâmica teve como finalidade fazer os estudantes refletirem sobre atitudes preconceituosas que acontecem dentro da sociedade e que muitas pessoas não percebem. Vale ressaltar que a dinâmica não teve como objetivo impor aos estudantes uma certa intolerância diante de alguns posicionamentos. Foi uma conversa bem saudável, permitindo que eles expressassem seus pensamentos.

TENTATIVAS DE DIÁLOGO: PROJETO DE EXTENSÃO EM PARANÁIBA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO EM MEIO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS BRASILEIRAS

Por fim, os estudantes conseguiram entender a riqueza da dinâmica, haja vista que trouxeram informações, ideias e pensamentos acerca de muitas coisas que acontecem em suas realidades sociais e sobre as quais não tinham parado para pensar. Isso mostra a importância de um projeto dessa dimensão, visto que os jovens não têm oportunidade de conversar sobre isso em muitos lugares que frequentam e acabam não refletindo sobre suas vidas e a vida dos demais em sociedade.

O encontro em 9 de março de 2020 foi realizado com base na dinâmica dos privilégios de grupos sociais e desigualdade sociais. Nesse sentido, foi possível, depois do cumprimento de todas as perguntas, explicar o motivo de tanta gente ter ficado para trás. Coincidentemente, a maioria que não deu muitos passos à frente era composta por negros e mulheres. Como exemplo, foram apontadas as Ações Afirmativas (Lei de Cotas) como um reparo material que o Estado vem proporcionando para que essas pessoas possam ter direitos de igualdade.

O encontro de abril de 2020 teve que acontecer por meio de vídeo com a finalidade de discutir cidadania. Nesse sentido, o vídeo foi enviado ao grupo de *WhatsApp* para os secundaristas, já que era o único meio possível para manter os encontros com eles no meio da pandemia da covid-19.

Embora não tenha ocorrido muita discussão em relação ao vídeo no grupo, os estudantes conseguiram entender a importância de participar ativamente na sociedade em busca de uma melhor qualidade de vida. Foi mencionado, nessa ocasião, que a via para isso acontecer é a política. Assim, foram sugeridas algumas diretrizes, como criar um grêmio estudantil em que eles pudessem se reunir e analisar quais são as reais necessidades que devem ser levadas aos políticos a fim de acolhê-las.

Em maio de 2020, de forma adicional (fora do que estava previsto nos objetivos do projeto), foi convidada uma *drag queen* e um magistrado negro para relatarem sobre os preconceitos que enfrentam/enfrentaram por serem vistos como minorias. Ambos relataram o quanto foi difícil quebrar os paradigmas impostos pela sociedade. No entanto, com muita garra, conseguiram alcançar patamares sociais elevados. Mesmo ocupando cargos privilegiados, ainda sofrem preconceitos estruturais de diversas formas na sociedade.

Ainda em maio, um indígena foi convidado para gravar um vídeo. O tema foi seu modo de vida e de sua comunidade, como ele enxerga a sociedade civil organizada e quais são os processos de discriminação que ele e seus pares enfrentam até os dias de hoje.

TENTATIVAS DE DIÁLOGO: PROJETO DE EXTENSÃO EM PARANAÍBA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO EM MEIO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS BRASILEIRAS

Como não foi possível organizar uma palestra com o SAE de Paranaíba-MS para discutir ISTs e preconceitos devido à falta de informações adequadas, foi enviado ao grupo dos secundaristas um vídeo falando sobre esse tema, para que, de alguma forma, eles pudessem aprender sobre as variadas ISTs e como as prevenir.

DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO PROJETO DE EXTENSÃO

Houve o primeiro contato com as seguintes instituições para colocar em prática o projeto: Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Serviço de Assistência Especializado em Saúde (SAE) e Secretaria de Estado de Educação (SED). Além disso, houve uma parceria com o projeto “Cultura Sem Fronteiras: a UEMS na rede II” e a primeira edição do Cursinho Popular na UEMS da Unidade Universitária de Paranaíba.

A atividade no primeiro contato foi identificar o perfil dos adolescentes e jovens que são mais vulneráveis na sociedade de Paranaíba-MS, para que fosse possível abordar futuramente o papel e a importância desses órgãos. A escola que se disponibilizou para a execução das atividades do projeto foi a José Garcia Leal, da qual se conseguiu contato por meio de um professor que inseriu as atividades no seu plano de ensino.

A primeira roda de conversa foi para discutir de forma introdutória o nome do projeto e sua finalidade. Na segunda e terceira rodas de conversa, foi realizada a dinâmica do “eu acho”, que consistia na distribuição das frases a seguir para que os participantes compartilhassem seus pontos de vista:

1. “Eu acho que mulheres devem usar rosa e homens azul”;
2. “Eu acho que mulheres são piores que homens para dirigir um carro”;
3. “Eu acho que existem profissões específicas para homens”;
4. “Eu acho que as mulheres são estupradas pela forma que se vestem”;
5. “Eu acho que ele é gay, mas nem parece. Se veste igual a todo mundo”;
6. “Eu acho que homem deve trabalhar e mulher cuidar da casa e dos filhos”;
7. “Eu acho ela da cor do pecado, de tão linda”;
8. “Eu acho que o indígena deve ser cidadão como nós”.

Com essa dinâmica, foi possível discutir muitos pontos sobre a discriminação de mulheres, negros, indígenas e LGBTQIAPN+. Em março, foi pos-

TENTATIVAS DE DIÁLOGO: PROJETO DE EXTENSÃO EM PARANAÍBA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO EM MEIO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS BRASILEIRAS

sível discutir com os jovens secundaristas a temática de cidadania e privilégios, para compreender a dinâmica das relações sociais. Assim, a dinâmica foi realizada a partir da questão: qual é a sua pontuação na lista de vida fácil?

Por favor, dê um passo para frente a cada privilégio apontado:

- Mora no centro da cidade;
- Nunca estudou em colégio público ou particular;
- Seus pais estão juntos;
- É secundarista e nunca trabalhou;
- Branco de cabelo liso e olhos claros;
- Filho único;
- Troca de celular só porque lançou uma nova versão;
- Usa Adidas e Nike (ou outra marca cara) com o dinheiro dos pais;
- Faz curso de idiomas;
- Já viajou para o exterior; e
- Seus pais têm uma poupança para pagar a sua faculdade no futuro.

Após a realização dessa dinâmica, foi perguntado se eles perceberam se alguém ficou para trás e por qual motivo. Em seguida, foram feitas considerações finais sobre o tema.

A atividade de extensão em abril foi exercida de forma totalmente *on-line* devido à pandemia de covid-19. O tema abordado foi: “Cidadania em pauta: como saber das reais necessidades dos jovens secundaristas?”. Esse assunto foi explanado por vídeo explicativo, para possibilitar um melhor entendimento. O cronograma possibilitou a concretização de forma metodológica. Foi gravado um vídeo explicando as formas de exercer a cidadania no município de Paranaíba-MS, estimulando-os a participarem ativamente da agenda governamental da cidade na qual moram.

Na seção de “Perguntas e Avaliação”, foram realizadas algumas perguntas aos secundaristas com o objetivo de identificar suas necessidades e o que eles gostam em Paranaíba-MS, com o tópico: “O que é bonito em PBA e o que falta”. No segundo tópico, foi realizada a seguinte pergunta “O que significa o voto de cada cidadão?”, que, por 2020 ser ano de eleições municipais, teve como objetivo discutir a importância do voto como um dos mecanismos de exercer a cidadania efetiva do indivíduo. Foram discutidos os seguintes elementos no vídeo:

- Identificar os perfis dos candidatos a vereador e a prefeito;
- Procurar saber das reais propostas dos candidatos;

TENTATIVAS DE DIÁLOGO: PROJETO DE EXTENSÃO EM PARANAÍBA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO EM MEIO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS BRASILEIRAS

- Manifestar as necessidades dos jovens secundaristas do município de Paranaíba-MS, seja por grupo organizado, seja individualmente.

No terceiro/último tópico, foi indagado: “O poder é de quem?”. Com essa pergunta, teve-se o objetivo de explicar a importância de votar conscientemente e saber fiscalizar os políticos em seus respectivos mandatos governamentais, para identificar se estão cumprindo com as propostas elaboradas no momento de campanha eleitoral. Esse papel é de extrema importância para a cidadania plena enquanto adolescentes/jovens cidadãos de Paranaíba-MS.

O tema abordado em maio foi: “Relatos de um *gay/drag queen* e um magistrado negro: experiência de vida e preconceitos”. Esse assunto foi explicado por vídeo explicativo, com ambos relatando o quanto foi difícil a trajetória de suas vidas. Aquela relatou “o quanto sofreu homofobia por ser afeminada dentro de uma sociedade que é homofóbica”. Este abordou a árdua trajetória nos seus estudos, por ser pobre e negro em uma sociedade que também tem preconceito contra a classe negra. Ambos conseguiram alcançar um patamar elevado de vida, quebrando paradigmas dentro da sociedade brasileira.

O plano de atividades possibilitou a preparação para a exposição da atividade com as parcerias até então não previstas no projeto. Foram gravados vídeos de relatos e experiências dos autores para a atividade do mês, que tinha por objetivo relatar como foi e ainda é difícil a vida deles enquanto minorias minoritárias, mesmo alcançando lugares privilegiados dentro da sociedade brasileira.

Em maio, ainda, houve mais um tema abordado totalmente *on-line*. O assunto desenvolvido foi: “Relatos de vida e processos de discriminação aos indígenas”. Para isso, foi convidado um indígena para falar sobre o tema. Vale salientar que os processos de preconceitos contra os indígenas já haviam sido discutidos anteriormente. Esse assunto foi explicado por vídeo explicativo, em que o indígena falou dos preconceitos já vivenciados por ele e por seus pares da comunidade indígena. Ele relatou sobre sua cultura enraizada e os preconceitos enfrentados até hoje dentro da nossa sociedade.

É importante ressaltar que esse convite de um indígena não estava, a princípio, previsto como atividade de extensão. No entanto, devido à impossibilidade de encontros presenciais com os jovens secundaristas, viu-se oportuno discutir o assunto mais uma vez.

Vale informar que, inicialmente, a atividade para maio seria uma parceria com o SAE de Paranaíba-MS para discutir sobre as ISTs e os preconcei-

TENTATIVAS DE DIÁLOGO: PROJETO DE EXTENSÃO EM PARANAÍBA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO EM MEIO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS BRASILEIRAS

tos relacionados. Na oportunidade, aconteceria também o teste rápido para os alunos que optassem por fazê-lo. Como essa ação **não foi possível, viu-se** como de fundamental importância disponibilizar um vídeo do canal de Drauzio Varella discutindo sobre o tema, via grupo de *WhatsApp*, além de outros vídeos que abordam os objetivos do projeto como um todo.

OBJETIVOS PREVISTOS NO PROJETO DE EXTENSÃO E ALCANÇADOS

O objetivo principal do presente projeto foi O de abrir canais de diálogo com alunos secundaristas sobre direitos humanos, cidadania e diversidade, por meio do “direito achado na rua”.

Os objetivos específicos foram: i) contribuir para a cidadania dos estudantes do ensino médio por meio de textos discutidos sobre direitos humanos, diversidade, políticas para juventude e pluralidade de ideias para uma sociedade democrática; e ii) colaborar com a educação voltada para os direitos humanos de grupos vulneráveis.

Como previsto no projeto, houve, inicialmente, diálogo com o CREAS, o SAE e a SED – esta última respondeu depois que o projeto já estava em andamento, por autorização de um professor que inseriu as atividades de extensão em seu plano de ensino escolar.

Além disso, a criação dos diálogos com os jovens secundaristas do Município de Paranaíba-MS foi alcançada na escola José Garcia Leal, localizada no centro da cidade. Com isso, foi possível mostrar como funcionaria o projeto. logo após, deu-se andamento às atividades previstas nos objetivos específicos do projeto. Foi discutido com os secundaristas o conceito de discriminação por diferenças físicas e outras manifestações na sociedade paranaibense.

Foram realizadas dinâmicas para discutir temas sociais das minorias, como negros, mulheres, indígenas, LGBTQIAPN+ e outros grupos considerados subgrupos por não terem ainda representação política suficiente para discutir seus direitos no Congresso Nacional, conforme classifica Jatene (2016). A dinâmica tinha como objetivo levá-los a compreender a relação de preconceito e violação dos direitos humanos que toda a sociedade brasileira ainda enfrenta.

Gravou-se um vídeo falando sobre cidadania e as formas de como exercê-la. Esse vídeo foi enviado ao grupo de *WhatsApp* dos secundaristas. O objetivo do tema era fazê-los refletir sobre o que gostam em Paranaíba-MS e o que gostariam que tivesse. A resposta a essa reflexão veio por meio de uma possível solução para o exercício da cidadania: como 2020 era ano

TENTATIVAS DE DIÁLOGO: PROJETO DE EXTENSÃO EM PARANÁIBA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO EM MEIO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS BRASILEIRAS

de eleições municipais, viu-se a importância de esses jovens se organizarem em um grêmio estudantil (ou outra forma organizada e pacífica) para propor aos candidatos do novo governo propostas que consideram benéficas para eles.

Seriam realizadas diversas atividades, incluindo a participação em evento científico para a exposição do presente projeto de extensão, conforme previsto no cronograma de atividades. No entanto, devido à pandemia de covid-19, não foi possível realizá-la, pois não havia encontro ou congresso *on-line* para que fosse possível expor este trabalho para outros estudiosos e interessados na área.

Ainda nesse sentido, haveria palestras nas escolas com algum representante do CREAS e do SAE na Escola José Garcia Leal, nos meses de abril e maio. Entretanto, também não foi possível realizá-las devido à pandemia de covid-19. As escolas não estavam funcionando, e os palestrantes/parceiros alegaram inviabilidade de forma remota devido ao número crescente de atendimentos nesses órgãos, considerados essenciais de acordo com o art. 3º, § 1º, I e II do Decreto 10.282, de 2020, cuja redação dispõe:

Art. 3º As medidas previstas na Lei nº 13.979, de 2020, deverão resguardar o exercício e o funcionamento dos serviços públicos e atividades essenciais a que se refere o § 1º.

§ 1º São serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população, tais como:

I - assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade.

Tendo isso em vista, tornou-se difícil o exercício das atividades finais, conforme previsto no cronograma de atividades da proposta.

RESULTADOS ALCANÇADOS PELO PROJETO DE EXTENSÃO

Foram oportunizados canais de diálogo com os jovens secundaristas da Escola Estadual José Garcia Leal para identificar processos de discriminação entre eles e dentro do contexto social em que vivem. Foi possível ajudá-los com orientações para uma cidadania efetiva, contemplando seus direitos e deveres dentro da sociedade em que estão inseridos. Por meio das dinâmicas, foi oportuno falar sobre a necessidade de tolerância e pluralida-

TENTATIVAS DE DIÁLOGO: PROJETO DE EXTENSÃO EM PARANÁIBA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO EM MEIO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS BRASILEIRAS

de de ideias diante de diferenças físicas, intelectuais, sociais e econômicas, por exemplo.

Além disso, foi debatida a relação de preconceitos e homicídios de LGBTQIAPN+, indígenas e mulheres no estado de MS, transmitindo-lhes a necessidade de proteger o coletivo mesmo com as diferenças –m princípio de educação para os direitos humanos.

Ainda, no primeiro semestre de 2020, mesmo diante da pandemia da covid-19, foi possível abordar o que é cidadania e como exercê-la. Isso porque, naquele ano, ocorreram eleições municipais e, como estava previsto em um dos objetivos específicos, considerou-se importante falar sobre o tema, a fim de incentivar os adolescentes a articularem entre si uma forma de organização estudantil para propor propostas benéficas para sua classe estudantil como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste projeto de extensão são fundamentais para avaliar não apenas o que foi realizado, mas também para refletir sobre o impacto e as possíveis direções futuras. Assim, vale destacar que o projeto de extensão aborda questões cruciais de discriminação e violência enfrentadas por grupos minoritários, destacando a relevância de promover o diálogo e a conscientização sobre direitos humanos, diversidade e cidadania. A análise do cenário atual, com estatísticas alarmantes sobre violência e discriminação, destaca a urgência de intervenções educativas e sociais para promover a inclusão e o respeito.

A abordagem metodológica baseada em rodas de conversa e dinâmicas interativas mostrou-se eficaz para envolver os jovens secundaristas e promover reflexões sobre suas percepções e atitudes em relação às questões abordadas.

Os relatos e experiências compartilhados pelos participantes, assim como as discussões geradas, demonstram a importância de criar espaços seguros para o diálogo e a expressão, contribuindo para uma maior conscientização sobre as realidades enfrentadas pelas minorias.

A pandemia de covid-19 apresentou desafios significativos, afetando o planejamento e a execução das atividades presenciais. No entanto, a adaptação para o formato *on-line* permitiu que o projeto continuasse, apesar das restrições.

A colaboração com instituições locais e a integração com outros projetos e iniciativas destacam a importância do engajamento comunitário e das parcerias interinstitucionais para o sucesso e a sustentabilidade de projetos

TENTATIVAS DE DIÁLOGO: PROJETO DE EXTENSÃO EM PARANÁIBA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO EM MEIO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS BRASILEIRAS

de extensão como esse. Além disso, a possibilidade de expandir o projeto para outras escolas e comunidades sugere um potencial de impacto ainda maior.

A necessidade de apoio e autorização das instituições educacionais para implementar o projeto em mais escolas ressalta a importância do engajamento das autoridades educacionais e a superação de obstáculos burocráticos para alcançar um maior alcance e eficácia.

A ênfase na capacitação e no empoderamento dos jovens secundaristas para participar ativamente da vida política e social de sua comunidade ressalta o potencial transformador do projeto, promovendo não apenas a conscientização, mas também a mobilização e a ação cidadã.

Em suma, o projeto de extensão conseguiu alcançar seus objetivos iniciais. Gerou reflexões significativas e promoveu o diálogo e a conscientização sobre direitos humanos, diversidade e cidadania. No entanto, ainda há desafios a enfrentar e oportunidades a explorar para ampliar seu impacto e contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

AGRESSÕES já atingiram 68% dos jovens LGBT em escolas. **Gestão Escolar**. [S. l.], 2016. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1670/agressoes-ja-atingiram-68-dos-jovens-lgbt-em-escolas>. Acesso em: 04 mar. 2019.

BARBUTTI, Matheus; RAMOS, Nathália; BRANDÃO, Paula. O Direito Achado na Rua: concepção e prática. **Revista Culturas Jurídicas**, [s. l.], v. 4, n. 5, 2017. Disponível em: <http://www.culturasjuridicas.uff.br/index.php/rcj/article/view/441/162>. Acesso em: 04 mar. 2019.

BARRETO, Daniela Ramos Lima. **O Direito Penal dos Vulneráveis: uma análise crítica da busca de reconhecimento por meio do Direito Penal**. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) – PRODIR, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013, Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/ri-ufs/4398/1/DANIELA_RAMOS_LIMA_BARRETO.pdf. Acesso em 30: mar. 2018.

BASTELLI, Ricardo. **Tutela Penal e Proteção das Minorias: fundamento e análise criminológica**. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/1122/1/Ricardo%20Bastelli.pdf>. Acesso em 30: mar. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

TENTATIVAS DE DIÁLOGO: PROJETO DE EXTENSÃO EM PARANÁIBA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO EM MEIO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS BRASILEIRAS

CARMO, Claudio Márcio. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [s. l.], n. 64, p. 201-223, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rieb/n64/0020-3874-rieb-64-0201.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2019.

JATENE, Karina Kassis dos Reis. **O “politicamente correto” e a Constituição de 1988**: liberdade de expressão e minorias. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito. PUC-SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016, 276 p. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/7085/1/Karina%20Kassis%20dos%20Reis%20Jatene.pdf>. Acesso em 30 de março de 2018.

KHALED JR.; Salah H. **Discurso de ódio e Sistema Penal**. 2. ed. Belo Horizonte: Casa do Direito: Letramento, 2018.

NO BRASIL, 71,5% das vítimas de assassinato por ano são pretos ou pardos. **Rede Brasil Atual**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/06/no-brasil-71-5-das-vitimas-de-assassinato-por-a-no-sao-pretos-ou-pardos>. Acesso em: 04 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta Universal dos Direitos Humanos**. [S. l.]: ONU, 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2019.

PAULA, Helga Maria Martins de. **Aproximações entre o Direito Achado na Rua e o Teatro do Oprimido**. 2018. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32490/1/2018_HelgaMariaMartinsdePaula.pdf. Acesso em 30: mar. 2018.

POLEZZI, Rogério Volpatti. **Políticas públicas para minorias sexuais: características e perspectivas no Direito brasileiro**. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/6807/1/Rogério%20Volpatti%20Polezze.pdf>. Acesso em 30: mar. 2018.

RELATÓRIO aponta 53 mortes em MS de indígenas envolvendo conflitos no campo e desnutrição de crianças. **G1**, Mato Grosso do Sul, 30 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2018/09/30/relatorio-aponta-53-mortes-em-ms-de-indigenas-envolvendo-conflitos-no-campo-e-desnutricao-de-criancas.ghtml>. Acesso em: 04 mar. 2019.

SIQUEIRA; SILVA. **Minorias e grupos vulneráveis**: a proteção do ordenamento jurídico brasileiro às minorias sociais. São Paulo: Birigui, 2013.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo. **Direito como Liberdade**: o Direito achado na rua – experiências populares emancipatórias de criação do Direito. 2018. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1401/1/TESE_2008_JoseGeraldoSJunior.pdf. Acesso em 30: mar. 2018.